GASTO EM GESTÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA NOS ANOS DE 2000, 2005, 2010 E 2015.

Romildo da Silva (PIBIC/PROVIC /UEPG) / romildosilvacasagrande@gmail.com
Marcio Henrique Coelho (Orientador) / marhenco6@gmail.com.

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Economia/Ciências Sociais Aplicadas.

Ciências Sociais Aplicadas
Economia de Produtos Florestais e Economia do Setor Público

Palavras-chave: Finanças municipais; orçamento público; recursos naturais.

Resumo:
O objetivo deste trabalho foi identificar e analisar como se comportou o gasto público com relação a gestão ambiental, nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015. O padrão de consumo capitalista se contrapõe à limitação existente na oferta de recursos naturais, utilizados nas manufaturas de bens e serviços, cuja gestão do Estado deve possibilitar a utilização presente, sem lesar as futuras gerações. Na metodologia, foi utilizado o método hipotético-dedutivo, o tratamento de dados foi estruturado com base nas medidas de tendência central e os dados secundários foram coletados junto ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN, 2017). Os resultados indicaram nos dois primeiros anos e nos três últimos anos gastos acima da média e nos demais gastos abaixo da média, quando comprados com o gasto total. Dentre as subfunções que integram a função gestão ambiental, a destinação financeira a rubrica controle ambiental foi de 78,13% na média.

Introdução

O Estado, juntamente com seu papel na economia, vem sendo estudado e analisado há séculos, porém, ainda há uma grande discussão a respeito de quais atividades são de responsabilidade do poder público. Inequivocamente, alguns bens, devido as suas características, não podem ser ofertados via sistema de mercado, cabendo ao Estado.

É pertinente destacar que devido as transformações que a humanidade tem passado ao longo dos tempos, fez-se com que se acentuasse ainda mais a presença do Estado nas economias capitalistas modernas, seja como agente regulador, intervencionista ou até mesmo suprindo necessidades da sociedade.

Exercendo um papel fundamental dentro do Estado em todas as suas esferas de governo, o orçamento público, com uma multiplicidade de aspectos, estabelece prioridades com relação aos serviços que serão prestados.

Dentre as diversas funções que o orçamento público possui, cabe destacar que no aspecto de gestão ambiental, ele torna-se um importante instrumento que pode cativar na sociedade atitudes positivas perante o meio ambiente através da conscientização a respeito da importância de se preservar.

Materiais e Métodos

Para que os objetivos deste trabalho pudessem ser cumpridos, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo com exposição dos dados de forma relativa (%). O município de Ponta Grossa no estado do Paraná, o qual foi analisado, possui área territorial equivalente a 2.025,697 km², com população estimada em 341.130 habitantes (IBGE, 2017).

A metodologia terá como base a estatística descritiva, com o uso de medidas de tendência central e de dispersão. A natureza da pesquisa é aplicada, quanto ao objetivo da pesquisa ela é exploratória, as informações foram levantados através de documentos, os dados utilizados são secundários, com as seguintes fontes pesquisadas: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Para investigar os elementos que compõe o gasto em gestão ambiental no Município de Ponta Grossa foram definidos os anos de 2002, no qual houve um baixo crescimento produto nacional (IBGE, 2017), 2005, onde houve crescimento do produto com aumento das receitas municipais (STN, 2017), 2010, onde houve crescimento do produto, porém com reflexos da crise internacional ocasionando queda na arrecadação e destinação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o qual parte era transferida aos municípios através do Fundo de Participação dos Municípios (IPARDES, 2017), e 2015, ano em que já havia incerteza macroeconômica com queda nas receitas municipais (IPARDES, 2017).

Revisão de literatura

Ao conceituar e classificar os gastos públicos, Riani, (2009, p. 54) faz referência que o surgimento dos gastos são em decorrência da prestação de diversos serviços à sociedade, representando o custo da quantidade e da qualidade dos bens e serviços oferecidos pelo governo. No Brasil, as linhas de atuação dos governos federal, estadual e municipal no âmbito das finanças públicas, são disciplinados, em especial, pela Constituição Federal, através da Lei nº 4.320/64 e pela Lei Complementar n° 101/2000- Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ao abordar a discussão sobre o processo orçamentário brasileiro Matias-Pereira (2010, p. 113) define as finanças públicas como sendo basicamente atividades do Estado, e essas atividades devem estar voltadas para a obtenção e o emprego dos meios materiais e de serviços para suprir as necessidades da coletividade, de interesse geral.

O orçamento público é caracterizado por possuir uma multiplicidade de aspectos como, por exemplo, político, jurídico, contábil, econômico, financeiro, segundo Giacomoni (2002, p. 64). Devido as mudanças que tem ocorrido com relação as suas funções, o orçamento público tem sofrido mudanças em seu conceito.

Cabe ao Estado através de sua política econômica angariar recursos para viabilizar o funcionamento dos serviços públicos que venham a surgir em decorrência das necessidades da sociedade.

Com o desenvolvimento e crescimento econômico que se alavancou após a Segunda Revolução Industrial, surgiu um tema que ganhou mais ênfase dentre os países, o meio ambiente. De acordo com a Declaração da Conferência da ONU sobre o meio ambiente, realizada em Estocolmo em 1971, envolvendo 161 países, a humanidade chegou em um ponto da história em todas as ações devem ser voltadas

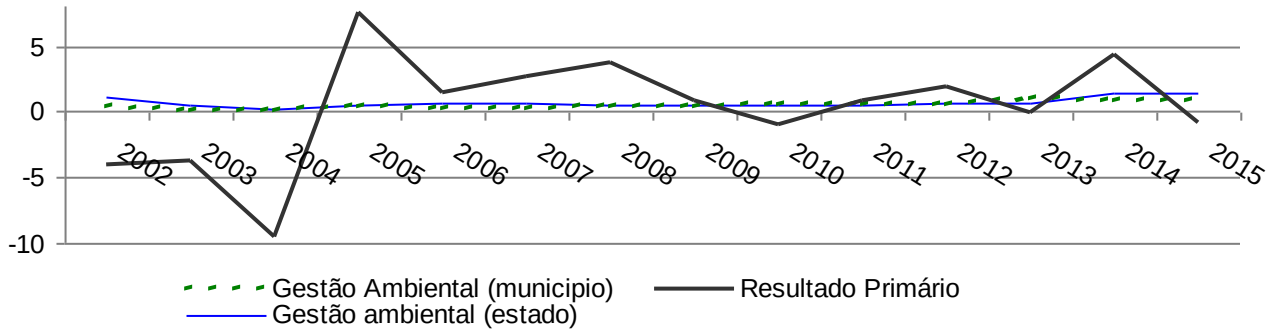
para o meio ambiente, com maior atenção para as conseqüências ambientais, nessa mesma Conferência foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA.

Durante as últimas décadas, foram realizados diversos encontros e documentos que discutiram formas de integrar a sustentabilidade ao planejamento de políticas de diversos países, a fim de incentivar atitudes voltadas para o planejamento de políticas e ações voltadas para gestão ambiental.

Resultados

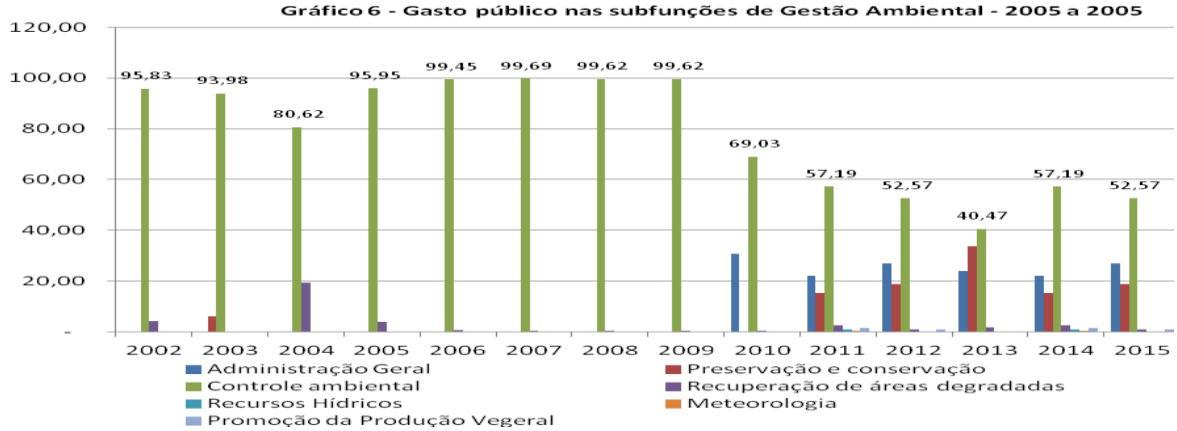
Na análise dos gastos na função gestão ambiental, considerando o período 2002 a 2009, o gasto se manteve baixo tanto com o déficit fiscal de 2004, que atingiu -9,58 %, quanto com o superávit de 2005, correspondente a 7,56 %, ou seja, os níveis de gasto assim como na função saneamento não se justificam em função do resultado primário. O gasto nesta função se elevou a partir de 2009, momento em que as receitas de transferências eram crescentes (gráfico 1)

Gráfico 1 - Gasto em Gestão Ambiental - 2002 a 2015.



Percebe-se que tanto os gastos municipais quanto o estadual mantiveram se ao longo dos ciclos estudados de forma semelhante, apenas distinguindo-se no período de 2002 onde o gasto estadual se sobrepôs o municipal, o qual era 1,12% e 0,31% respectivamente. Em 2014 há novamente um distanciamento entre as despesas, onde o estado novamente despendeu volume maior de despesas.

No que tange a função gestão ambiental, dentro de sua estrutura de subfunções, a que mais dependeu foi controle ambiental com uma média 78,13, liderando as despesas a partir de 2002 até 2015.



Seguindo a subfunção controle ambiental, em média, administração geral vem após com 10,94%, preservação e conservação ambiental 7,73%, recuperação de áreas degradadas 2,71%, promoção da produção vegetal 0,34%, recursos hídricos 0,12% e meteorologia 0,03%.

Conclusões

Através da análise do gasto público, foi possível compreender de forma mais clara, o comportamento das despesas, bem como a importância do orçamento público como principal instrumento utilizado pelo governo para atuar alterando ou mantendo alguma situação que se apresenta na sociedade.

Os resultados iniciais indicaram um baixo gasto na função gestão ambiental em comparação com as demais, visto que elas não possuem um nível constitucional que determina o gasto na mesma, como ocorre com as funções educação e saúde, onde o mínimo é 25% e 15% respectivamente. Sendo assim, os níveis gastos em cada função, exceto saúde e educação, seguem o direcionamento político e ideológico do gestor público. Por sua vez, percebe-se que os fatos econômicos dos últimos anos justificam o comportamento dos gastos nas funções, que se apresentam em declínio, em virtude da estagnação econômica e baixos índices de arrecadação.

Agradecimentos

Ao professor Marcio Henrique Coelho, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

Referências

GIACOMONI, James. **Orçamento Público.** 11ª ed. São Paulo: Editora Atlas,2002.
IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. 2016.
IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno estatístico município de Ponta Grossa. Agosto, 2017.
MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas:** a política orçamentária no Brasil. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MUSGRAVE, R. A. Provision for social goods. In: MARGOLIS, J. A.; GUITTON, H. (Ed). Public economics. New York: St. Martins, 1969.
ONU, Organização das Nações Unidas. Programa das Nações Unidas para o meio ambiente. 2017.
RIANI, Flávio. **Economia do setor público:** uma abordagem introdutória. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
STN, Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/.